



Curso de formação inicial: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Conhecimentos introdutórios sobre Educação Especial e Inclusiva

Prof^a. Renata de Menezes Soares

Prof^a. Dr^a. Renata Porcher Scherer

NÍVEL DE ENSINO A QUE SE DESTINA:

- Curso Normal - Ensino Médio Integrado e Pós-médio/Aproveitamento de Estudos

ÁREA DE CONHECIMENTO:

- Ensino

PÚBLICO-ALVO:

- Estudantes em formação inicial de professores

CATEGORIA DO PRODUTO EDUCACIONAL:

- Curso de Formação

FINALIDADE:

O produto educacional que produzimos trata-se de um Curso de Formação sobre Educação Inclusiva com caráter processual em relação ao aprimoramento dos conhecimentos profissionais. O Curso de formação que foi desenvolvido tem a intenção de compartilhar conhecimentos sobre a Educação Especial. Com o tema proposto, foi proporcionado aos cursistas momentos de análise, reflexão e discussão acerca das práticas educativas voltadas para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, buscando uma formação docente de qualidade, onde estes estudantes que estão em seus primeiros contatos com as didáticas do ensino e da aprendizagem possam desenvolver as suas atividades profissionais com alunos PAEE de Educação Infantil e Séries Iniciais.

ORIGEM DO PRODUTO:

- Desenvolvido no Mestrado em ensino ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional.

DISPONIBILIDADE:

- Irrestrita, mantendo-se o respeito a autoria do produto, não sendo permitido uso comercial.

DIVULGAÇÃO:

- O curso de formação será divulgado de forma digital

IDIOMA:

- Português

CIDADE:

- Charqueadas, RS.

ANO:

- 2022

ORGANIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL:

Serão proporcionados momentos de análise, reflexão e discussão acerca da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, sua legislação e também sobre as práticas educativas voltadas para o contexto inclusivo, os quais serão aplicados com os estudantes do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Assis Chateaubriand em Charqueadas/RS, buscando uma formação docente de qualidade, onde estes estudantes que estão em seus primeiros contatos com as didáticas do ensino e da aprendizagem possam desenvolver as suas atividades profissionais com alunos PAEE de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Neste curso os estudantes do Curso Normal terão a oportunidade de aperfeiçoar conhecimentos, debater e refletir sobre a inclusão de alunos PAEE.

A proposta é ministrar o primeiro e o último módulo com encontros síncronos e 3 módulos com atividades assíncronas.

Nos encontros assíncronos serão propostas leituras de textos, pesquisas, vídeos e atividades.

REGISTRO DO PRODUTO:

Ficha catalográfica

S676f Soares, Renata de Menezes

Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva:
conhecimentos introdutórios sobre Educação Especial Inclusiva.
/ Renata de Menezes Soares, Renata Porcher Scherer. –
Charqueadas, RS, – 2023.

1 PDF

Modo de acesso: educapes.capes.gov.br

1. Educação Especial. 2. Educação Inclusiva. 3. Formação
inicial de professores. 4. Curso normal. I. Scherer, Renata
Porcher. II. Título.

CDU 377

Renata de Menezes Soares

AUTORA

Renata Porcher Scherer

ORIENTADORA

Catálogo na Publicação:
Bibliotecário Fernando Scheid - CRB 10/1909

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:	7
OBJETIVO GERAL:	9
ETAPAS DO CURSO DE FORMAÇÃO:	9
MÓDULO 1: Trajetória histórica da Educação Especial	11
MÓDULO 2: Marcos Legais da Educação Especial	16
MÓDULO 3: A Educação Especial e Inclusiva	24
MÓDULO 4: Construindo Práticas Pedagógicas Inclusivas	30
MÓDULO 5: A Educação Inclusiva na escola regular	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	43
REFERÊNCIAS:	43
APÊNDICE A:	46
APÊNDICE B:	56
APÊNDICE C:	61
APÊNDICE D:	65
APÊNDICE E:	70
APÊNDICE F:	76

APRESENTAÇÃO:

O presente portfólio formativo apresenta uma proposta de curso de formação para estudantes que se encontram matriculados no Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Assis Chateaubriand em Charqueadas/RS. Tem como objetivo desenvolver novos conhecimentos e saberes que ampliem a compreensão sobre o processo de ensino aprendizagem de alunos PAEE na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, neste sentido, buscando melhorar o contexto educativo. Nessa direção, pretendemos trazer contribuições aos estudantes que se encontram em formação inicial para professores, na perspectiva de que esses, ao exercerem a sua tarefa educativa, promovam a inclusão de forma significativa, valorizando e respeitando a diversidade.

Este material foi elaborado no contexto da pesquisa de mestrado intitulada: “Formação Inicial de professores para a Educação Inclusiva: uma análise do Curso Normal em Charqueadas/RS”. Esta pesquisa foi realizada pela primeira autora, sob orientação da segunda, bem como será apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT).

Para que os professores atendam as demandas da Educação Inclusiva, acreditamos ser necessário qualificá-los para práticas pedagógicas mais inclusivas, sendo importante desenvolver nesses profissionais a curiosidade de buscar novos conhecimentos, procurando através de pesquisas a qualificação do seu desempenho profissional (MOURA, 2015). Nesse sentido, iremos trabalhar a pesquisa como princípio pedagógico na formação inicial de professores, pois reconhecemos que essa atividade profissional é de grande importância para a atuação desses professores que serão formadores de estudantes nas primeiras etapas escolares.

De acordo com Dante Henrique Moura (2015) incorporar a pesquisa como princípio pedagógico contribuindo

para a dimensão intelectual do professor. O autor enfatiza que é através da pesquisa que o professor será capaz de elaborar as suas aulas e materiais didáticos a partir dos seus conhecimentos, contribuindo na formação do estudante, uma vez que a busca por soluções para as questões teóricas e práticas promoverá a autonomia intelectual do aluno (MOURA, 2015, p. 97).

Acreditamos ser necessário despertar a atitude investigativa nos estudantes de Curso Normal, através da promoção de estudos e pesquisas sobre questões relacionadas à tarefa educativa futura que irão exercer em sua profissão. Nessa lógica, entendemos que existe a necessidade de provocar estes estudantes a investigarem e buscarem soluções das demandas pertinentes à tarefa educativa de modo geral (MOURA, 2015), mas especialmente que tenham interesse e curiosidade para buscar conhecimentos relacionados à educação inclusiva e que mobilizem saberes em busca de respostas aos seus anseios relacionados à tarefa educativa destinada aos estudantes PAEE.

Será a partir da pesquisa como princípio pedagógico que iremos trabalhar a educação especial na formação inicial de professores. Entendemos que as questões sobre a inclusão de alunos PAEE estão entrelaçadas na vida cotidiana, na formação escolar e nas relações de trabalho.

É importante destacar que o presente curso de formação é resultado da experimentação realizada junto a uma pesquisa, onde uma das etapas contou com a aplicação de questionário via Google Forms com estudantes do Curso Normal a fim de verificar seus conhecimentos prévios sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Esse curso de formação pode ser o início de reflexões e debates que são necessárias para que a prática pedagógica seja mais qualificada e comprometida com as demandas da educação inclusiva. A proposta deste

curso de formação poderá servir de aporte a estudantes do Curso Normal, professores e demais profissionais da educação básica. As sugestões podem ser adaptadas conforme a realidade na qual os participantes estão inseridos.

OBJETIVO GERAL:

Objetivamos, através do curso de formação, compartilhar conhecimentos sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, promovendo momentos de reflexões, pesquisas e debates sobre a prática pedagógica comprometida com a inclusão escolar.

ETAPAS DO CURSO DE FORMAÇÃO:

O curso de formação possui carga horária de 20 horas, distribuídas em 5 módulos nos quais serão organizados com atividades síncronas e assíncronas, sendo o primeiro e o último módulo com encontro síncrono e os módulos 2, 3 e 4 serão na modalidade assíncrona. Em cada módulo serão oferecidos conteúdos selecionados, de cunho bibliográfico, textos reflexivos produzidos pelas autoras, apresentação de slides, assim como indicação de sites, vídeos e leituras complementares. Todos os módulos são compostos por conteúdos específicos, atividades assíncronas e material complementar.


Durante o curso disponibilizamos o material impresso para que os cursistas pudessem realizar as leituras. O material está disponível em PDF no link a seguir:

<https://drive.google.com/file/d/1PlB5bJP3yrg9Io5Y4tEhqk0X5rMSdPsj/view?usp=sharing>

Em cada módulo são propostas atividades assíncronas, nas quais os cursistas podem realizar individualmente ou em grupos, conforme suas preferências. Deste modo, escolhemos organizamos separadamente a descrição das atividades assíncronas, disponível em PDF, no link a seguir:

<https://drive.google.com/file/d/1EdpXWo8-r2eJhjMz8aZt82l4LSv0DhN0/view?usp=sharing>

Ao final do curso os participantes deverão entregar as atividades assíncronas que serão construídas individual ou coletivamente ao longo do processo formativo. A seguir apresentamos o quadro com a organização e descrição de cada módulo do curso.

 MÓDULO 1	MODALIDADE	MATERIAL	ATIVIDADE
MÓDULO 1	Presencial com Atividade Assíncrona	→ Slides → Texto Produzido	→ Leitura → Quadro Comparativo
MÓDULO 2	Assíncrono	→ Texto Produzido	→ Vídeos Para Análise → Escrita Sobre Experiência Inclusiva
MÓDULO 3	Assíncrono	→ Texto Produzido → Texto Selecionado → Vídeo	→ Pesquisa Sobre Deficiências
MÓDULO 4	Assíncrono	→ Texto Produzido → Texto selecionado	→ Ficha Descritiva → Ler, analisar e confeccionar um mapa mental
MÓDULO 5	Presencial com Atividade Assíncrona	→ Slides → Reportagem De Revistas	→ Atividade em grupo → Apresentação da atividade (módulo 4) → Breve relato

FONTE: PRODUZIDO PELAS AUTORAS (2022).

MÓDULO 1: Trajetória histórica da Educação Especial

Neste módulo temos o objetivo de compreender o contexto histórico das pessoas com deficiência, assim como entender como se deu o início da escolarização desses sujeitos. Serão abordadas as perspectivas da deficiência sobre Déficit e sobre o Modelo Social da Deficiência. Para tanto, usamos como referenciais os estudos de: Diniz (2003); Kassar (2014); e Pletsch (2020).

A partir da compreensão dos conteúdos específicos, será oportunizado momentos de reflexão e debate para que os cursistas exponham seus apontamentos sobre os estudos que foram explorados. Desta forma, buscamos refletir sobre a inclusão de alunos Público-alvo da Educação Especial (PAEE) na rede regular de ensino, no contexto nacional, destacando possibilidades de participação e acessibilidades para estes estudantes.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Trajetória histórica da inclusão escolar;
- Modelo Social da Deficiência.

ORGANIZAÇÃO DO MÓDULO:

ETAPA	ESTRATÉGIA	DURAÇÃO
Recepção/ Apresentação do curso	Diálogo com os cursistas	20 min.
Introdução de conteúdo	Apresentação de Slides	40 min
Debate	Questionamentos e reflexões sobre os novos conhecimentos	30 min
Leitura Assíncrona	Os cursistas deverão realizar a leituras dos textos selecionados	120 min
Atividade assíncrona	Leitura e reflexão	30 min

CARGA HORÁRIA DO MÓDULO: 4 HORAS

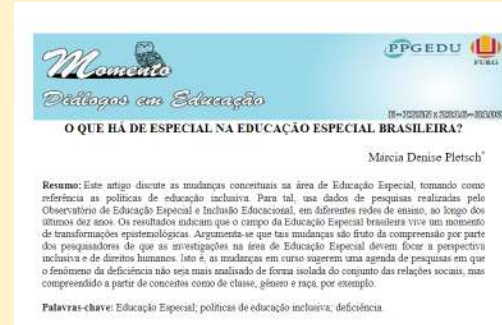
MATERIAL SELECIONADO:

Os cursistas deverão realizar a leitura do texto para realizarem a atividade proposta neste módulo.

- **O que há de especial na educação especial na educação brasileira?** - Márcia Denise Pletsch

O artigo discute mudanças conceituais na área da Educação Especial, tomando como referência as políticas de educação inclusiva com base em pesquisas dos últimos 10 anos. Indicando um momento de transformações epistemológicas.

[Vista do O que há de especial na educação especial brasileira?](#)



MATERIAL PRODUZIDO:

1. **Apresentação com 09 slides:** A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: no contexto brasileiro (APÊNDICE A).

2. **Texto de apoio aos cursistas:**

APÊNDICE B: A Educação Especial a partir da perspectiva da Educação Inclusiva no contexto brasileiro.



ATIVIDADE ASSÍNCRONA:

A partir do que foi estudado e debatido neste módulo, foi possível compreender como iniciou o processo de escolarização das pessoas com deficiência, assim como aprendemos sobre o Modelo Social da Deficiência compreendendo sobre a deficiência e a maneira como iniciou a conquista de seus direitos, assim como as atitudes que a sociedade oferece a essas pessoas.

A atividade deste módulo consiste em elaborar um quadro comparativo sobre as perspectivas sobre o Déficit individual X Modelo Social da Deficiência. Para a realização desta atividade você vai precisar realizar a leitura de 02 textos que serão descritos logo abaixo:

TEXTO 1: A Educação Especial a partir da perspectiva inclusiva no contexto brasileiro (APÊNDICE B).

TEXTO 2: O que há de especial na educação especial na educação brasileira? – Márcia Denise Pletsch.

Após a leitura dos textos realize a atividade a seguir,:

- Preencha o quadro comparativo, descrevendo as principais características do Déficit Individual X Modelo Social da Deficiência:

DÉFICIT INDIVIDUAL	MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

MATERIAL COMPLEMENTAR:

1. Declaração Mundial sobre Educação para Todos

Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia em 1990. O documento afirma a educação como um direito fundamental de Todos e traz 10 objetivos voltados para a garantia do direito à educação.

[Declaração Mundial sobre Educação para Todos](http://www.unesco.org/education)



2. Declaração de Salamanca

O documento serve de referência para organização e operacionalização da Educação Especial a nível mundial, tem como enfoque a necessidade de a educação para crianças com deficiência ocorrer em escolas regulares, incentivando a educação de Todos, em especial as crianças com deficiência de forma a atender as especificidades de cada um.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>



3. A política da Educação Inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil - Enicéia Gonçalves Mendes

O artigo traz uma análise histórica da política de Educação Especial no Brasil, enfatizando as mudanças produzidas a partir do ano 2000, tendo em vista a radicalização da perspectiva de inclusão escolar.

[\(PDF\) A política de educação inclusiva e o futuro das instituições](#)

[especializadas no Brasil](#)



MÓDULO 2: Marcos Legais da Educação Especial

Neste módulo temos o objetivo de apresentar a legislação relacionada à Educação Especial, buscando compreender as questões relacionadas com os direitos educacionais das pessoas com deficiência. Partiremos da Constituição Federal de 1988 que foi um marco da garantia das pessoas com deficiência pudessem ser escolarizadas. Também será analisada a LDB n.º 9.394/1996, apresentando a modalidade da educação especial, transversal a todos os níveis da educação, assegurando a matrícula de alunos PAEE na rede regular de ensino.

Estudaremos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que assegura a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até a educação superior, através do suporte do Atendimento Educacional Especializado.

Finalizando as análises com a Lei n.º 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que assegura, entre outras questões, um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo da vida, a partir da participação nas atividades educativas, sendo esse mais um marco legal que trouxe benefícios para as pessoas com deficiência.

Partindo da compreensão dos marcos legais da Educação Especial, buscaremos refletir sobre como ocorre a inclusão de estudantes PAEE na rede regular de ensino.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de diretrizes e bases n.º 9.694/1996;
- Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008;
- Lei n.º 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

ORGANIZAÇÃO DO MÓDULO:

ETAPA	ESTRATÉGIA	DURAÇÃO
Conteúdo específico	Estudo através de texto	60min
Vídeo	Assistir ao vídeo: Quero viver minha vida - Izabel Maior	45 min
Atividade 1	Relatar uma experiência relacionada à vida ou experiência pedagógica	80 min
Atividade 2	Escolher e analisar um curta metragem.	55 min

CARGA HORÁRIA DO MÓDULO: 4 HORAS

MATERIAL PRODUZIDO:

- **Texto: As Políticas Públicas destinadas à Educação Especial (APÊNDICE C)**

Texto para leitura com os principais aspectos sobre a educação de pessoas com deficiência no contexto brasileiro.

MATERIAL SELECIONADO:

Vídeo: Quero viver minha vida - Izabel Maior

Vídeo do evento realizado pela Fundação Síndrome de Down com apoio do Ministério da Saúde e da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Nesta apresentação Izabel Maior apresenta as perspectivas do modelo biomédico e do modelo social da deficiência e também sobre a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.

<https://www.youtube.com/watch?v=8eNvrXtWXe0>



ATIVIDADE 1:

Neste módulo aprofundamos nossos conhecimentos sobre alguns dos marcos legais da educação especial no Brasil, onde foi possível compreender como se deu as conquistas pelos direitos educacionais das pessoas com deficiência.

Todos nós que temos a oportunidade de estudar em escolas regulares e vivenciar momentos de construção de conhecimentos e de socialização em ambiente escolar formal, conseguimos compreender sobre estas

ATIVIDADE 2:

Diante de tudo que estudamos até o momento é chegada a hora de refletir um pouco mais sobre a inclusão de pessoas com deficiência, seja na escola ou na sociedade, em locais públicos ou privados.

Sabemos que é importante a oportunidade do acesso a estes locais e ao convívio social, precisamos valorizar a diversidade, entendendo que a educação inclusiva faz parte do processo da construção da cidadania, pois vivemos em uma sociedade, também é necessário compreender que as inclusões merecem ser acolhidas e respeitadas por todos, sendo a melhor forma de garantir que a inclusão aconteça de forma real e não apenas na legislação, precisamos que nossa sociedade esteja atenta aos direitos das pessoas com deficiência e celebrem a diversidade.

A proposta desta atividade consiste em escolher 1 dos curta-metragem, que estão listados logo abaixo, para assistir e realizar uma análise, contando um pouco sobre o que aconteceu e relacionando com o que estudamos até o momento;

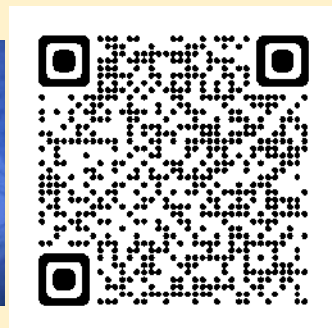
- Peça teatral com audiodescrição para pessoas com deficiência visual. Figurinha Carimbada, Teatro Vivo - São Paulo.

Link: [Figurinha Carimbada](#)

- "Porque Heloísa?"

O que é ser igual ao outro? O que é ser diferente?
E ser duas coisas ao mesmo tempo?

Em "Por que Heloísa?", a publicitária Cristiana Soares levanta essas e outras tantas questões e levando quem assiste a repensar o desgastado conceito de deficiência. Esta história foi escrita a partir da história

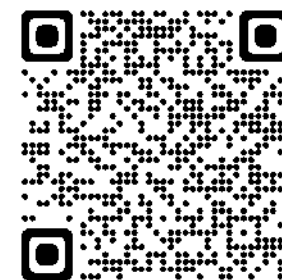


real de uma menina que tem paralisia cerebral e a despeito desse fato vivencia com bastante entusiasmo e bom humor situações que, à primeira vista, podem parecer amedrontadoras até para o mais corajoso dos seres humanos. Link: [Filme Porque Heloisa](#)

→ **As cores das flores**

Na história, um garoto cego precisa desenvolver uma redação sobre as cores das flores, assim como seus colegas.

Link: [Educação ESPECIAL e INCLUSIVA - As cores das flores](#)



→ Curta sobre uma criança de cadeira de rodas iniciando em uma escola.

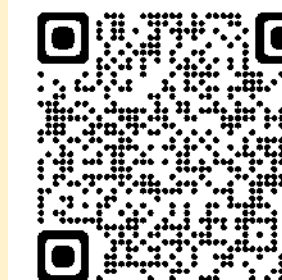
Link: [Inclusão de uma criança deficiente na escola - Animação](#)



→ **Ex-E.T.**

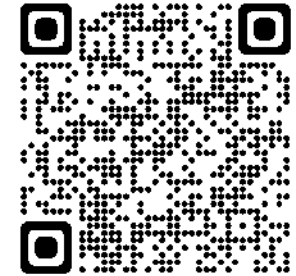
Uma criança brincalhona causa problemas em um planeta alienígena onde reinam a ordem e a estabilidade.

[Ex-E.T. - Special Jury Award 2009 for a graduation film](#)



→ Meu olhar diferente sobre as coisas

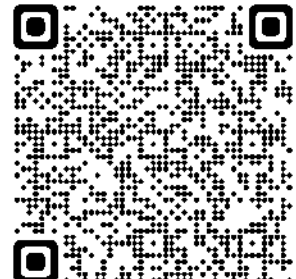
▶ TRAILER FILME MEU OLHAR DIFERENTE SOBRE A...



ORIENTAÇÃO: Contar sobre o que trata o vídeo, descrevendo e buscando abordar os desafios e possibilidades que a situação apresentada no curta-metragem suscitou.

MATERIAL COMPLEMENTAR:

1. **Inclusão ou desinclusão? Uma análise do Decreto 10.502/2020** – Romeu Sasaki



<https://revistareacao.com.br/inclusao-ou-desinclusao-uma-analise-do-decreto-10-502-2020/>

2. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**

[Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva](#)



3. Lei nº 13.146/2015 – LBI – Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência

[Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência](#)



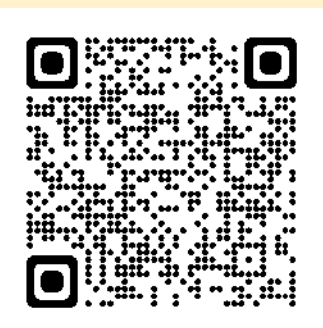
4. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

[Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#)



5. Percursos da Constituição de uma política brasileira de Educação Especial Inclusiva – Mônica Kassar

[Percursos de uma política brasileira de Educação Especial](#)



MÓDULO 3: A Educação Especial e Inclusiva

Neste módulo iremos abordar aspectos importantes sobre o Modelo Social da deficiência, apresentando seu conceito como modalidade transversal, assim como área de conhecimento. Buscaremos apresentar o Público-alvo da Educação Especial, conduzindo à reflexão sobre a educação inclusiva. Também será abordado as questões relacionadas ao capacitismo, objetivando a compreensão e a mudança de atitude em relação às pessoas com deficiência.

A partir dos conteúdos específicos buscaremos ampliar as reflexões sobre a Educação Inclusiva buscando favorecer ou ampliar a compreensão de seu público-alvo, desta forma, apresentaremos o conceito de capacitismo, também buscaremos problematizar sobre a formação de professores para a Educação Especial e Inclusiva. Para tanto iremos referenciar os estudos de: Diniz (2003); Lopes (2008); Lockmann (2019); e Pletsch (2020; 2022).

Desta forma, a partir da compreensão dos conceitos sobre Educação Especial, Educação Inclusiva e Capacitismo. Buscaremos aprofundar os conhecimentos sobre a educação especial e inclusiva na escola.

CONTEÚDO ESPECÍFICO:

- A Educação Especial e Inclusiva;
- Deficiência e Diferenças;
- Capacitismo.

ORGANIZAÇÃO DO MÓDULO:

ETAPA	ESTRATÉGIA	DURAÇÃO
Conteúdo Específico	<ul style="list-style-type: none"> → Estudo do texto produzido; → Texto selecionado. 	70 min
Vídeo	→ Deficiência e Diferenças - Izabel Maior	1º vídeo: 50 min
	→ Palestra sobre capacitismo com Renata Scherer	2º vídeo: 45 min
Atividade	Pesquisa	135 min

CARGA HORÁRIA DO MÓDULO: 5 HORAS

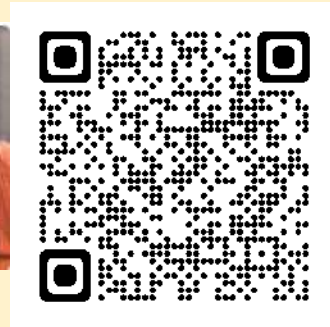
MATERIAL PRODUZIDO:

- **Texto produzido: Educação Especial e Inclusiva e a formação de professores (APÊNDICE D)**

MATERIAL SELECIONADO:

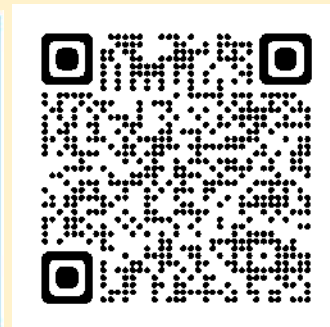
- Assistir ao vídeo sobre **Deficiência e Diferenças**

Vídeo: [Deficiência e Diferenças | Izabel Maior](#)



- Texto selecionado: **A Diferenciação Curricular e o Desenho Universal para Aprendizagem como princípio para inclusão escolar** – Márcia Denise Pletsch, Flávia Faissal de Souza e Luiz Fernando Orleans

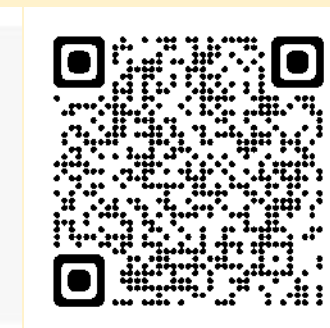
<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3114/1662>



- Vídeo: III Diálogos sobre Inclusão na Educação Profissional: experiências e perspectivas**

Os cursistas deverão assistir a primeira palestra apresentada do vídeo indicado. **Palestra sobre capacitismo com Renata Scherer**, onde dialoga sobre educação anticapacitista na qual os estudantes precisam ser aceitos, acolhidos e incluídos nas suas diferenças dentro dos espaços escolares. Também discute sobre o conceito de capacitismo e discute como ele se manifesta em diferentes momentos da história da nossa sociedade.

https://www.youtube.com/watch?v=Gmipvk_npHk



ATIVIDADE:

Agora que conhecemos alguns aspectos históricos das pessoas com deficiência, assim como marcos legais da educação especial que foram estudados nos módulos anteriores, é possível compreender a importância da escolarização de estudantes com deficiência para que o processo de inclusão aconteça não só dentro da escola, mas na sociedade em geral. É fundamental que as pessoas com deficiência tenham seus direitos respeitados e sejam acolhidas em todos os espaços nos quais elas desejem participar.


A proposta dessa atividade consiste em realizar uma pesquisa sobre: Educação Especial e Inclusiva no ambiente escolar, conforme o roteiro a seguir:

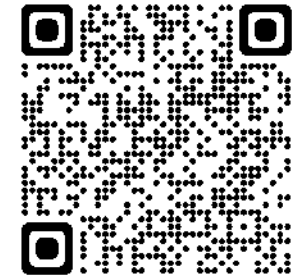
- Sabendo que as pessoas com deficiência precisam de acolhimento e respeito no ambiente escolar e na sociedade, discorra sobre os aspectos que contribuem para que uma escola seja considerada inclusiva;
- Comente sobre como os espaços escolares podem ser preparados para que as aprendizagens seja bem sucedidas, e também para que o estudante tenha suas necessidades de participação e de aceitação efetivadas através do desenvolvimento de ações que contribuem para que a inclusão aconteça;
- Os alunos, muitas vezes, podem chegar à escola sem ter um diagnóstico, sem que a família tenha percebido alguns sinais que indicam que ele tenha uma deficiência. Relate características e comportamentos que podem chamar a atenção e dão o sinal de alerta ao professor;
- Os estudantes com deficiência precisam de suporte de especialistas e médicos, comente sobre a importância desses acompanhamentos para desenvolver as habilidades desses alunos, melhorando as condições de aprendizagem.

MATERIAL COMPLEMENTAR:

1. Diálogo sobre Deficiência Múltipla

Palestra com Márcia Denise Pletsch sobre deficiência múltipla: aspectos conceituais, políticos e práticas educacionais.

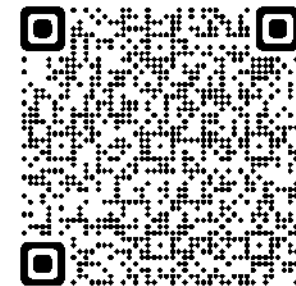
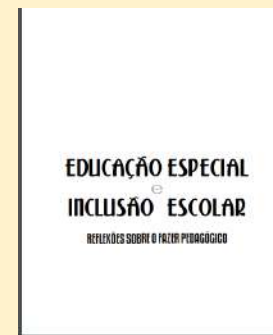
 [Deficiência múltipla](#)



2. Educação Especial e Inclusiva: Reflexões sobre o fazer pedagógico

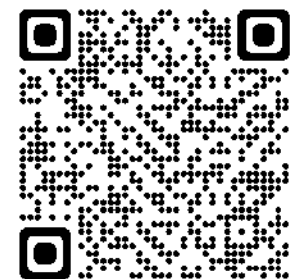
O livro aborda políticas de educação inclusiva e seus impactos na rede pública, bem como práticas curriculares desenvolvidas no contexto escolar, discutindo a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Link para baixar o livro: [EDUCACAO ESPECIAL INCLUSAO ESCOLAR](#)

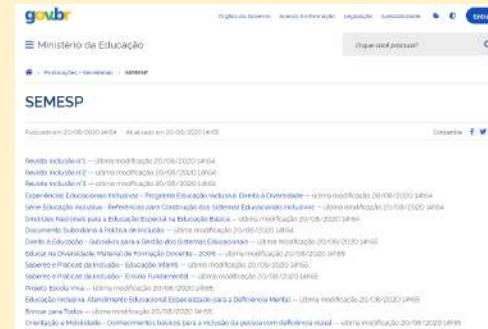


3. Site Bengala Legal, Um site para Todos:

O "Bengala Legal" foi desenvolvido de forma a oferecer acessibilidade aos visitantes, seu conteúdo principal são: artigos sobre acessibilidade; inclusão social; desenho universal; e políticas públicas, que regem os assuntos sobre pessoas com deficiência. Link para acessar o site: [Bengala Legal](#)



4. Site do Ministério da Educação Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) – com publicações sobre a Educação Especial



<https://www.gov.br/mec/pt-br/publicacoes-secretarias/semesp>

MÓDULO 4: Construindo Práticas Pedagógicas Inclusivas

Neste módulo temos o objetivo de conhecer e refletir sobre as práticas pedagógicas inclusivas, refletindo sobre possibilidades de acesso ao currículo inclusivo através da compreensão sobre Diferenciação Curricular, assim como as possibilidades do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Partimos do entendimento que o professor precisa promover um ambiente de aprendizagem humanizado, com atividades pensadas e planejadas para que Todos tenham oportunidade de participar e desenvolver aprendizagens.

Desta forma, pretendemos provocar os cursistas a pensar sobre necessidades de aprendizagem e respeito aos ritmos de cada estudante, com ou sem deficiência. Para tanto usamos como referência os estudos de: Pletsch (2020); Pletsch, Souza e Orleans (2017); Roldão (2010); Scherer (2022) e Traversini, Dalla Zen, Fabris e Dal'Igna, (2013).

A partir dos conteúdos específicos, buscaremos favorecer a compreensão das possibilidades de organização curricular para que o estudante com deficiência acesse os conteúdos, favorecendo sua aprendizagem a partir de estratégias pedagógicas inclusivas.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Diferenciação curricular;
- Desenho Universal para Aprendizagem (DUA);
- Práticas pedagógicas inclusivas;

ORGANIZAÇÃO DO MÓDULO:

ETAPA	ESTRATÉGIA	DURAÇÃO
Conteúdo específico	Estudo de texto	30 min.
Vídeo	Assistir a um vídeo	80 min
Atividade 1	Ficha Descritiva	60 min
Atividade 2	Ler, analisar e confeccionar um mapa mental	50 min

CARGA HORÁRIA DO MÓDULO: 4 HORAS

MATERIAL PRODUZIDO:

Texto: Práticas Pedagógicas Inclusivas: possibilidades para o acesso ao currículo escolar inclusivo (APÊNDICE E)

MATERIAL SELECIONADO:

Os vídeos selecionados para que os cursistas assistam e possam refletir sobre adaptação de atividades para estudantes com deficiência.

- **Prática pedagógicas inclusivas e Desenho Universal para Aprendizagem**

Neste vídeo a professora Loretta Derbli apresenta o conceito de Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem apresentando práticas que utilizam ou não esses princípios para promover acessibilidade.

<https://youtu.be/pHc4FerJ7ml>



ATIVIDADE 1:

Neste módulo aprofundamos nossos conhecimentos sobre as práticas pedagógicas inclusivas e a sua importância no ambiente escolar. A partir do que foi estudado, selecione na internet uma atividade pedagógica voltada para promover a educação inclusiva no cotidiano escolar, faça uma análise desta prática preenchendo a ficha descritiva. Esta atividade será apresentada no próximo módulo durante o encontro presencial para ser compartilhado com o grupo.

Ficha Descritiva:

- a) **Título:**
- b) **Objetivo da prática pedagógica:**
- c) **Faixa etária a que se destina:**

d) Breve descrição da prática:

e) Seu parecer/avaliação:

ATIVIDADE 2:

Neste módulo aprofundamos nossos conhecimentos sobre Educação Inclusiva, assim como práticas pedagógicas inclusivas, diferenciação curricular e Desenho Universal para Aprendizagem.

Esta atividade consiste em confeccionar um Mapa Mental apresentando os principais elementos apresentados no texto: **Práticas Pedagógicas Inclusivas no cotidiano escolar (APÊNDICE D)**

Assista ao vídeo que ensina como fazer um Mapa Mental. O Mapa Mental é uma técnica que consiste em registrar palavras-chave relacionadas a um tema, onde no centro escreve-se a palavra principal e nas laterais são incluídos os desdobramentos sobre o assunto em estudo. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=r123Ao4ccIE>



MATERIAL COMPLEMENTAR:

1. Dicas e orientações para adaptações de atividade

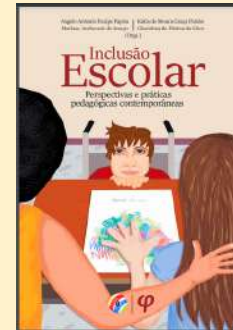
Este vídeo apresenta sugestões e estratégias de como tornar a educação inclusiva possível através da adaptação de materiais, sendo fundamental, apontando como aspecto fundamental a oferta de atividades significativas.

<https://www.youtube.com/watch?v=qiMI-CRRhp4>



2. Livro: Inclusão Escolar: Perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas – PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAUJO, Mariane Andreuzzi de; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça; SILVA, Glaciélma de Fátima da (Orgs.).

Neste livro você encontrará reflexões específicas sobre o processo escolar, considerando o movimento da escola na direção de incorporar ideias inclusivistas, e apontar, como estratégia curricular, a prerrogativa do Desenho Universal para Aprendizagem, ponto bastante importante em conformidade com uma escola que pretende ensinar para todos.



<https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/7ba6db-40f42f3797bf4e7ebf9b0012263417c4.pdf>

3. Recursos digitais gratuitos para incluir pessoas com deficiência

Esta reportagem trata de tecnologias gratuitas que podem ser utilizadas para permitir que estudantes com deficiência tenham acesso a informações e conhecimentos, visto que pessoas que possuem deficiências físicas ou mentais não possuem a mesma facilidade que os outros para ter acesso ao conhecimento dessas ferramentas promovem a diminuição das dificuldades e garantem que todos possam aprender.

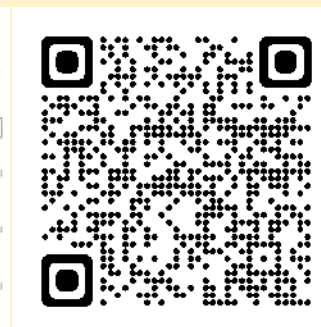


<https://novaescola.org.br/conteudo/4940/blog-tecnologia-recursos-digitais-gratuitos-para-incluir-alunos-com-deficiencia>

4. Tutoriais de adaptações de atividades

Esta playlist apresenta diversos tutoriais de adaptações de atividades.

https://youtube.com/playlist?list=PLNxNrVnvJfgNLtGEetP45mJZN-fs_ZBQP



5. Práticas inclusivas na escola: caminhos e experiências

Os leitores têm em suas mãos um rico trabalho, que certamente iluminará aspectos da realidade dinâmica e contraditória em que vivemos, bem como suscitará questões necessárias para que sigamos adiante nas propostas educacionais numa perspectiva inclusiva e na imaginação necessária para ensinar de forma articulada com a pesquisa e a diversidade humana.

Desejo aos leitores uma instigante e boa leitura! *Prof^a. Dra Márcia Denise Pletsch*

https://inlui.org/wp-content/uploads/2022/03/Ebook_Praticas-inclusivas-na-escola-caminhos-e-experiencias.pdf



MÓDULO 5: A Educação Inclusiva na escola regular

Neste módulo temos o objetivo de debater e refletir sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no ambiente escolar. Abordaremos as questões referentes à inclusão escolar e as possibilidades de promover aprendizagens aos estudantes com deficiência. Também será promovido momentos de debates sobre os estudantes PAEE, através de atividade em grupo e posterior apresentação de análises.

A partir dos conteúdos específicos buscaremos compreender a abordagem inclusiva a partir da atuação do professor do ensino regular em articulação com o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na busca de construir caminhos diferenciados para que os estudantes com deficiência possam desenvolver suas potencialidades. Para tanto, usaremos como referência os estudos de Oliveira (2015); Braun e Vianna (2015); assim como a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:

- Escolarização de alunos PAEE;
- O suporte do AEE;
- Práticas pedagógicas inclusivas.

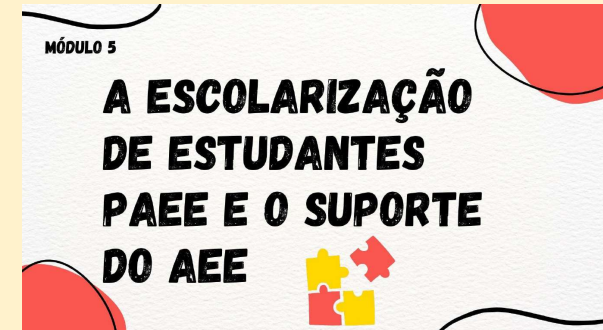
ORGANIZAÇÃO DO MÓDULO:

ETAPA	ESTRATÉGIA	DURAÇÃO
Recepção dos cursistas	Mensagem de boas vindas	20 min
Apresentação de slides	Escolarização de alunos PAEE e o suporte do AEE	35 min
Atividade em grupo	Apresentação em grupo sobre deficiências	35 min
Apresentação, debate e reflexão	Apresentação da atividade do módulo 3	30 min
Atividade	Escrita	50 min
Avaliação e encerramento	Preencher a ficha.	10 min

CARGA HORÁRIA DO MÓDULO: 3 HORAS

MATERIAL PRODUZIDO:

Apresentação de Slides: 1ª parte – A escolarização de alunos PAEE e o suporte do AEE (APÊNDICE F)



MATERIAL SELECIONADO:

As reportagens da revista Nova Escola serão utilizadas na atividade em grupo na qual os cursistas irão apontar as ideias principais apresentadas nos textos.

- **O desafio de ensinar a língua portuguesa para alunos surdos**

Ensinar uma língua escrita para quem desconhece a oralidade é um desafio para todos os professores com alunos surdos em suas turmas. As principais dificuldades não decorrem da surdez em si, mas da falta de conhecimento da Língua Portuguesa falada. Hoje, boa parte desses estudantes comunica-se com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma língua visual-espacial, que possui estrutura própria. Este artigo organiza uma síntese das principais expectativas de aprendizagem para esses alunos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

<https://novaescola.org.br/conteudo/1533/o-desafio-de-ensinar-lingua-portuguesa-a-alunos-surdos>



- **Repletas de necessidades**

A reportagem trata de alunos com altas habilidades, apontando para a necessidade de derrubar alguns mitos sobre esses estudantes, sendo um deles a ideia de que estes alunos são gênios, quando na verdade só apresentam mais facilidade do que a maioria em determinadas áreas.

<https://novaescola.org.br/conteudo/1360/repletas-de-necessidades>



- **A inclusão de crianças com deficiência física**

A reportagem trata sobre a trajetória de um estudante com deficiência física desde a sua matrícula até as suas superações, conquistas e a adaptação da sua rotina para conviver com pessoas sem deficiência.

<https://novaescola.org.br/conteudo/376/a-inclusao-de-criancas-com-deficiencia-fisica>



- **Os avanços de um aluno com deficiência intelectual**

Esta reportagem conta as vivências de um aluno com deficiência intelectual que apresentava grande atraso em aprender a realizar tarefas cotidianas, assim como aprendizado.



<https://novaescola.org.br/conteudo/1935/os-avancos-de-um-aluno-com-deficiencia-intelectual>

- **Deficiência Visual: o mundo pelo toque**

Esta reportagem trata da inclusão de um estudante com deficiência visual, mostrando como se deu o início da sua socialização com os colegas e como consegue participar das aulas.



<https://novaescola.org.br/conteudo/1759/deficiencia-visual-o-mundo-pelo-toque>

- **A inclusão de estudantes autistas**

Esta reportagem traz as características do autismo e qual o papel do professor quando percebe esses sinais, assim como traz a experiência de alguns professores com estudantes com autismo.



<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/4nXpNYx2Y849hskPfTYRVnxv797XS2Bz2W9eqThnQN8Tr6mSU9teZ5K8ENXm/a-inclusao-de-estudantes-autistas.pdf>

ATIVIDADE 1:

A proposta desta atividade consiste em formar 06 grupos, nos quais cada grupo receberá uma reportagem da revista Nova Escola sobre experiências escolares de alunos com deficiência. Cada grupo deverá realizar a leitura do texto e produzir um cartaz com as características da deficiência, acessibilidades necessárias e as principais

estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores destes alunos. Ao final da atividade cada grupo fará um relato sobre a reportagem, mostrando seus destaques.

ATIVIDADE EM GRUPO:

- Quais as características da deficiência?
- Que tipo de acessibilidade é necessária para a sua inclusão escolar?
- Cite as práticas pedagógicas inclusivas que foram oportunizadas para o estudante com deficiência?

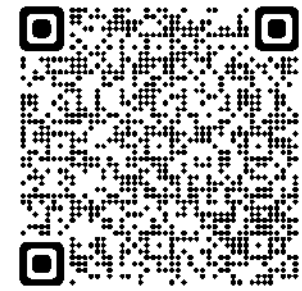
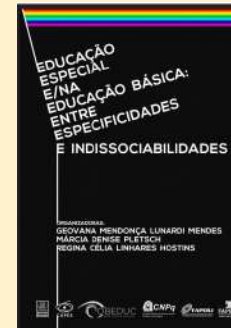
ATIVIDADE ASSÍNCRONA:

Chegamos ao final do nosso curso, o qual oportunizou conhecimentos novos sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, apresentando aspectos históricos, marcos legais da Educação Especial, assim como vários conceitos pertinentes à Educação Especial, o qual permitiu momentos de debates, leituras e reflexões sobre o que foi estudado ampliando a nossa bagagem de conhecimentos no intuito de que a sua prática educativa seja ainda mais qualificada e atenda as demandas da educação inclusiva, compreendendo que os estudantes com deficiências merecem ser aceitos, acolhidos e respeitados nas suas diferenças, estando incluídos em todos os aspectos da vida escolar.

Esta atividade consiste em escrever um pequeno texto, de até 1 parágrafo, resumindo um dos assuntos abordados neste curso.

MATERIAL COMPLEMENTAR:

1. Livro: Educação Especial e/na Educação Básica: Entre especificidades e indissociabilidades.

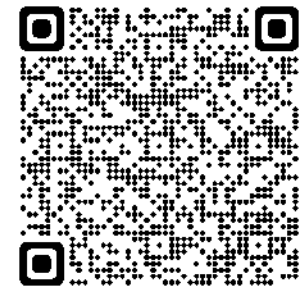


<https://anped.org.br/sites/default/files/images/ebook-educacao-especial-e-na-educacao-basica.pdf>

2. Dicionário da inclusão

Aprenda quais são os termos corretos e ensine seus alunos. As palavras que usamos são importantes para promover uma escola inclusiva e amorosa.

[Dicionário da inclusão: Aprenda quais são os termos corretos e ensine seus alunos | Nova Escola](#)



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Espera-se que o produto educacional venha a qualificar a atuação profissional destas estudantes e que elas possam utilizar os conhecimentos construídos no decorrer das oficinas, atuando na promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. *Lei n.º 13.146*, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República; Casa Civil. Brasília, DF, 2015, 6 jul. 2015a.

BRAUN, P. VIANNA, M. M. (2015). **Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e Plano Individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico**. IN: Educação Especial e Inclusão Escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. PLETSCHE, M. D. DAMASCENO, A. (Orgs.) EDUR – Editora. RJ. p. 22 - 33.

Cléia Pereira; José Augusto Pacheco; Geovana Mendonça Lunardi Mendes. **DIFERENCIAÇÃO CURRICULAR NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO ENTRE BRASIL E PORTUGAL**. In: ANAIS DO COLÓQUIO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE QUESTÕES CURRICULARES, 2017, . Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2017.

Disponível em:

<<https://proceedings.science/coloquio/papers/diferenciacao-curricular-nas-politicas-de-inclusao-escolar--um-estudo-entre-brasil-e-portugal?lang=pt-br>> Acesso em: 16 nov. 2022.

DINIZ, Debora. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. Série Anis, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003. Disponível em: [http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf). Acesso em: 15 abr. 2022.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS*** * Uma primeira versão sobre este tema foi apresentado pela autora na mesa "Políticas e práticas de formação de professores: impactos nos anos iniciais da educação básica", durante a 36ª Reunião Anual da ANPEd, ocorrida em Goiânia, de 29/09 a 02/10 de 2013. Cadernos CEDES [online]. 2014, v. 34, n. 93 [Acessado 8 janeiro 2022], pp. 207-224. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200005>>. ISSN 1678-7110.

<https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200005>.

LOPES, Maura Corcini. **In/exclusão escolar: a invenção de tipos específicos de alunos.** Revista Colombiana de Educación [en línea]. 2008, (54), 96-119[fecha de Consulta 9 de Abril de 2022]. ISSN: 0120-3916. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=413635248006>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. Ciênc. saúde coletiva, 2016 21(10), 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016> Acesso em: 18 out. 2022.

MOURA, Dante Henrique. **A formação de docentes para Educação Profissional e Tecnológica.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 23-38, jul. 2015. ISSN 2447-1801. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>>. Acesso em: 13 fev. 2022. doi: <https://doi.org/10.15628/rbept.2008.2863>.

OLIVEIRA, A. A. S. (2015). **Aprendizagem escolar e deficiência intelectual: a questão da avaliação curricular.** IN: Educação Especial e Inclusão Escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. PLETSCH, M. D. DAMASCENO, A. (Orgs.) EDUR – Editora. RJ. p. 10 - 21.

PIRES, Y. R.; MENDES, G. M. L. **ADAPTAR, ADEQUAR, DIFERENCIAR: reflexões a partir das políticas curriculares para o público-alvo da Educação Especial.** Revista Espaço do Currículo, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 390–403, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2019v12n3.40581. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n3.40581>. Acesso em: 16 nov. 2022.

PIRES, Y. R.; LUNARDI-MENDES, G.M. **Escolarização de alunos com deficiência em contextos de inclusão escolar: Deferir, adaptar ou flexibilizar o currículo?** IN: Educação especial e/na educação básica : entre especificidades e indissociabilidades [recurso eletrônico] / organizadoras Geovana Mendonça Lunardi Mendes, Márcia Denise Pletsch, Regina Célia Linhares Hostins. - 1. ed. - Araraquara [SP] : Junqueira & Marin, 2019. p. 64-74.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educar em Revista [online].** 2009, n. 33 [Acessado 8 Janeiro 2022] , pp. 143-156. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>>. Epub 10 Ago 2009. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>.

PLETSCH, Márcia Denise. (2020). **O que há de especial na educação especial brasileira?** *Momento – Diálogos Em Educação*, 29(1), 57 – 70. <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357> . Acesso em: 14 abr. 2022.

PLETSCH, M. D. (2022). **Prefácio**. In: D. N. Guimarães, R. d. Magalhães, & D. C. Melo, (Orgs). **Práticas Inclusivas na Escola: Caminhos e experiências** (1ª edição ed., p. 9 - 11). Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. de; ORLEANS, L. F. **A Diferenciação Curricular e o Desenho Universal para Aprendizagem como princípio para inclusão escolar**. *Revista Educação & Cultura Contemporânea*. Vol. 14, Nº 35, p. 264 - 281. Abr/jun 2017. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3114/1662>. Acesso em: 19 out. 2022

ROLDÃO, Maria do Céu. **A função curricular da escola e o papel dos professores: políticas, discurso e práticas de contextualização e diferenciação curricular**. *Nuances: estudos sobre Educação*. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 230-241, jan./dez. 2010.

ROLDÃO, Maria do Céu. **Articulação Curricular e a relevância como critério do essencial para uma tentativa de classificação conceitual**. *Revista de Estudos Curriculares*. Vol. 11, n.º 1, 2020. p. 73-85.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão ou desinclusão? Uma análise do decreto 10.502/2020**. In: *Reação: revista nacional de reabilitação*. São Paulo, ano 23, ed. 134, p. 12-14, set./out. 2020. Disponível em: <https://revistareacao.com.br/inclusaoou-desinclusao-uma-analise-do-decreto-10-502-2020/> Acesso em: 06 setembro 2022.

SCHERER, R. P. **Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo**. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.]*, v. 1, n. 22, p. e11492, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.11492. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11492>. Acesso em: 23 out. 2022.

SILVA Santos, Keisyani & MENDES, Eniceia. (2021). **Ensinar a todos e a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado**. *Revista Teias*. 22. 40-50. 10.12957/teias.2021.57138.

TRAVERSINI, C. S. ET AL. Orgs. **Currículo e inclusão na escola de ensino fundamental [recurso eletrônico] / orgs.** – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/Ebooks//Pdf/978-85-397-0376-0.pdf> Acesso em: 20 out 2022.

APÊNDICE A:

**Slides: A EDUCAÇÃO ESPECIAL A PARTIR DA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO CONTEXTO BRASILEIRO**

⋮⋮⋮ : MÓDULO 1:

A Educação Especial a partir da perspectiva da Educação Inclusiva

no contexto brasileiro



Como a sociedade passou a se preocupar com as pessoas com deficiência?

Em 1970 iniciou-se um movimento no Reino Unido e nos Estados Unidos, organizado predominantemente por homens que possuíam alguma lesão física, onde reivindicavam os seus direitos sociais de acesso aos locais públicos.

A busca estava relacionada às barreiras sociais que limitavam suas capacidades e não as lesões.

Entre tanto, esse movimento estava atrelado a homens com lesão medular.



Quando iniciou a preocupação com as demais deficiências ?

Foi com a entrada do feminismo que destacou que a visão inicial não contemplava todas as deficiências, dando início ao Modelo Social da Deficiência.

Esse modelo propõe a responsabilidade da sociedade com as deficiências.

1970- Modelo Médico - Responsabilidade do indivíduo em se adaptar a sociedade.

1990- Modelo Social - Sociedade deve acolher as necessidades dos deficientes.



Início da escolarização de alunos com deficiência

1º Movimento Higienista

- segregacionista
- sala de aula homogênea
- alunos excluídos da educação regular

2º Normalização das diferenças

- Olhar desenvolvimentista
- Capital Humano
- Para viver em sociedade a pessoa com deficiência deveria se adaptar

3º Constituição Federal 1988

- Iniciou a garantia dos direitos a educação escolar de pessoas com deficiência.



Legislação Educacional:

LDB 5.692/1971

- Alunos matriculados na escola regular, porém em Classes Especiais.

LDB 9.394/1996

- Definiu a Educação Especial como modalidade de ensino, transversal a todos os níveis.

Resolução do CNE/CEB nº 02/2001

Definiu quais professores estariam aptos a atuar com alunos PAEE:

- "Capacitados" - classes comuns
- "Especializados" - Atendimento Educacional Especializado




As políticas educacionais dão conta da propostas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva ?

Mesmo com todos esses movimentos políticos referentes a educação de pessoas com deficiência ainda existe uma dualidade das compreensões entre pesquisadores e profissionais da educação.

Alguns ainda defendem a educação de forma segregada com atendimentos em clínicas ou escolas especiais.

outros entendem que como uma tarefa da sociedade que deve refletir, acolher e oferecer acessibilidade para os estudantes PAEE.

Plestch (2020), definiu essa dualidade de opiniões como um "Crise de identidade" da educação brasileira





como se originou essa "crise de identidade"?

A origem se deu devido a formação dos primeiros brasileiros que se deu no exterior através do modelo comportamentalista que buscava corrigir o indivíduo e a educação deveria acontecer de forma segregada.



Nos últimos 20 anos as diretrizes legais foram sendo ampliadas

E ainda precisamos dialogar mais, debater, pesquisar e refletir sobre a inclusão de pessoas com deficiência e seus direitos.



Gratidão

APÊNDICE B:

TEXTO PRODUZIDO:

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL A PARTIR DA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO CONTEXTO BRASILEIRO**

A Educação Especial a partir da perspectiva Inclusiva no contexto brasileiro

Renata de Menezes Soares

Para que possamos entender mais sobre como a sociedade passou a se preocupar com as pessoas com deficiência, é importante conhecer seu processo em uma perspectiva histórica. Os primeiros movimentos relacionados à luta das pessoas com deficiência ocorreram no início dos anos 1970 no Reino Unido e nos Estados Unidos, organizados predominantemente por homens que possuíam alguma lesão física e sentiam-se em condições de opressão, que iniciaram os estudos relativos à sua condição. Entretanto, suas percepções estavam atreladas a homens com lesão medular e este fato deixava de fora a maioria dos demais grupos de deficientes. Esta marca foi enfatizada com os apontamentos teóricos do modelo social nos anos 1990 com a entrada do feminismo, que destacou essa visão que não contemplava todas as pessoas com deficiência, dando início à ideia do modelo social da deficiência que propõe a responsabilidade da sociedade com as deficiências, e se diferencia do modelo médico que atribui ao indivíduo a responsabilidade sobre a deficiência (DINIZ, 2003).

Seguindo o princípio do modelo social da deficiência, defendemos que as condições de acessibilidade atitudinal podem contribuir para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao meio social. Assim, torna-se importante refletir sobre as condições de acessibilidade que são oferecidas, seja em termos físicos, atitudinais e pedagógicos, no sentido de envolver toda escola de planejar aulas que sejam inclusivas. Por isso, precisamos repensar as bases nas quais a formação de professores para a educação inclusiva está sendo oferecida.

Mônica Kassar (2014) mostra em seu texto sobre políticas de inclusão no contexto brasileiro que as chamadas Políticas da Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva são discutidas entre diversos setores sociais e instâncias governamentais, uma vez que a inclusão dessas pessoas no contexto escolar, pode-se dizer, é recente em termos de política educacional no Brasil (KASSAR, 2014).

A autora destaca que inicialmente os alunos considerados “anormais” estavam excluídos e com o movimento higienista iniciaram a escolarização em salas de aula homogêneas, pois naquela época havia o entendimento de que essa seria a maneira mais adequada e eficiente para atender pessoas iguais. Foi assim o início da escolarização das pessoas com deficiência, de forma separada dos demais, caracterizando essa fase como segregacionista, sendo que o grupo de alunos estava excluído da educação regular, pois havia a compreensão de

que era mais produtivo desta forma (KASSAR, 2014).

No segundo período, iniciou-se o movimento de normalização das diferenças, através do olhar desenvolvimentista, que considerava que as pessoas com deficiência precisavam ser produtivas e entendia que elas deveriam se adaptar para conviver em sociedade. Essa óptica a partir do capital humano foi caracterizada como um benefício para o investimento na educação de pessoas com deficiência, pois havia o entendimento de que o desenvolvimento econômico avançaria a partir do investimento na formação. Foi um período em que os sujeitos precisavam ser treinados para compreender a lógica da sociedade (KASSAR, 2014).

A autora anuncia que o ponto de partida para as conquistas no campo da educação inclusiva iniciou-se a partir da Constituição Federal de 1988. Desta forma, a usaremos como ponto de partida (KASSAR, 2014).

Através da resolução do CNE/CEB n.º 02/2001 que definiu quais professores estariam aptos a atuar com alunos PAEE, dividindo-os em 02 grupos, sendo que os “capacitados” estariam aptos a receber os alunos nas classes comuns; e os “especializados” fariam o atendimento educacional especializado, entretanto, os cursos de formação de docentes ainda não incluíam os conteúdos sobre educação especial. Com a necessidade de formar sistemas educacionais inclusivos, em 2007 o Governo Federal criou o programa de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas instituições de ensino das esferas federal, estadual e municipal. Diante deste contexto, o Ministério da Educação faz oferta de programas de formação visando atender as demandas da educação especial relativas à formação inicial e continuada de professores (KASSAR, 2014).

As pesquisas realizadas pela autora identificaram que a formação de professores para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva ocorrem através de cursos não presenciais, pois a oferta de cursos presenciais tem diminuído, entretanto, a análise sugere que as formações a distância não são suficientes para que os professores atendam as demandas da educação especial, uma vez que essa configuração de formação reforça a ideia de que são necessárias poucas adaptações para resolver os problemas da escolarização de alunos com deficiência (KASSAR, 2014).

As contribuições dos estudos de Pletsch (2020) apontam mudanças conceituais e epistemológicas no campo da Educação Especial nos últimos 10 anos. Pesquisadores apontam que o foco da educação especial deve estar na perspectiva da educação inclusiva e de direitos humanos. Isso significa que é preciso dar um sentido mais amplo,

em que a deficiência seja estudada no conjunto das relações sociais e dos conceitos de raça, gênero e classe (PLETSCH, 2020).

A autora salienta que as políticas e diretrizes educacionais repercutiram na vida das pessoas com deficiência e a maneira como a deficiência tem sido compreendida e analisada demonstra avanços a respeito das noções que temos sobre as deficiências. Inicialmente, a noção era sobre o déficit individual e, atualmente, devemos analisar com base no modelo social e de direitos, ou seja, a questão da deficiência deixa de ser uma tarefa específica da família, que era a única responsável por buscar os cuidados necessários para as pessoas com deficiência, passando a tornar-se tarefa da sociedade refletir sobre a inclusão, acolher e oferecer acessibilidade para as pessoas PAEE (PLETSCH, 2020).

Pletsch (2020) aponta a dualidade das compreensões entre os pesquisadores e profissionais, uma vez que alguns ainda entendem a deficiência de forma segregada, numa perspectiva em que os atendimentos devem ser em clínicas ou escolas especiais ou em escolas separadas. Do outro lado, temos as profissionais que já superaram esse modelo. Essas duas formas de compreensão sobre as necessidades das pessoas com deficiência dão origem à “crise de identidade” da educação especial (PLETSCH, 2020).

Para entender um pouco mais sobre a identidade da educação especial no contexto brasileiro, é necessário destacar que a educação especial foi institucionalizada com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e a partir deste momento foram selecionados alguns brasileiros para receber formação no exterior. Esses profissionais trouxeram para o Brasil o modelo comportamentalista. Desta forma, buscava-se corrigir o comportamento do indivíduo e foi neste contexto que se iniciou a educação de pessoas PAEE no Brasil de forma segregada. Ainda hoje existem profissionais que rejeitam a educação inclusiva e que consideram a segregação a forma mais adequada de escolarização (PLETSCH, 2020).

A educação inclusiva faz parte do processo da construção da cidadania, pois vivemos em uma sociedade, também compreendemos que as inclusões merecem ser acolhidas e respeitadas por todos, sendo essa a perspectiva que norteia esse projeto. Iremos olhar para a educação especial no contexto brasileiro a partir da perspectiva da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS:

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. *SérieAnis*, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003. Disponível em: [http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf). Acesso em: 15 abr. 2022.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS* * Uma primeira versão sobre este tema foi apresentada pela autora na mesa "Políticas e práticas de formação de professores: impactos nos anos iniciais da educação básica", durante a 36ª Reunião Anual da ANPed, ocorrida em Goiânia, de 29/09 a 02/10 de 2013. . *Cadernos CEDES* [online]. 2014, v. 34, n. 93 [Acessado 8 janeiro 2022] , pp. 207-224. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200005>>. ISSN 1678-7110.
<https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200005>.

PLETSCH, Márcia Denise. (2020). O que há de especial na educação especial brasileira? *Momento – Diálogos Em Educação*, 29(1), 57 – 70. <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357> . Acesso em: 14 abr. 2022.

APÊNDICE C:

TEXTO PRODUZIDO:

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO ESPECIAL

As Políticas Públicas destinadas à Educação Especial

Renata de Menezes Soares

A Educação Especial tem um percurso histórico que já passou por diversas fases, sendo elas: o abandono; a exclusão; o sacrifício, onde esses indivíduos “anormais” estiveram afastados do convívio social. Ter o conhecimento de que nem sempre as pessoas com deficiência participaram da sociedade contribui para refletir, respeitar e perceber a importância da participação desse indivíduos na sociedade, desenvolvendo a consciência de que precisamos melhorar nossas práticas no cotidiano escolar e na vida social, pois a partir desses conhecimentos e reflexões estaremos conscientes do papel que os professores têm para promoção de um ambiente inclusivo, onde ele é capaz de observar e conhecer os direitos acadêmicos, sociais e emocionais de seus alunos, desta forma poderá melhorar sua prática.

Diante do exposto, iremos nos direcionar para o contexto brasileiro, onde os debates sobre inclusão ganharam força através da Declaração Mundial sobre Educação para Todos em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994. Estes documentos foram norteadores da legislação nacional para as pessoas com deficiência e para as políticas educacionais. Mas iremos iniciar a Constituição Federal de 1988, pois de acordo com Mônica Kassar (2014), esta lei foi o ponto de partida para as conquistas no campo da Educação Inclusiva.

A Constituição Federal de 1988 assegura os direitos sociais dos brasileiros, promovendo o bem-estar de todos sem preconceitos ou discriminações, garantindo que todos são iguais perante a lei e destacando a proteção e integração das pessoas com deficiência em todas as áreas da sociedade. Na seção que trata da educação nacional, é assegurado o atendimento educacional especializado para alunos Público-alvo da Educação Especial (PAEE), preferencialmente na rede regular de ensino, através da educação inclusiva (BRASIL, 1988).

Kassar (2014) destaca, que foi a partir do ano de 1990 que as pessoas com deficiência passaram a receber escolarização e a frequentar a escola regular e com a LDB n.º 9.394/1996, a modalidade da educação especial, transversal a todos os níveis da educação, assegurou a matrícula de alunos PAEE na rede regular de ensino através de currículos, métodos, técnicas e organização específica para atender suas necessidades, terminalidade específica e Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 1996). Com a promulgação da LDB foi necessário incluir conhecimentos sobre a Educação Especial e Inclusiva no contexto da formação de professores, pois anteriormente,

a formação para a educação especial era uma escolha de profissionais que tinham interesse em atuar nessa área. E os cursos de formação eram organizados separadamente da formação de professores e dos cursos de pedagogia, ou seja, aqueles que desejavam trabalhar com a educação especial precisavam realizar cursos à parte da formação geral.

Nos últimos 20 anos, as diretrizes legais foram sendo ampliadas e os direitos sociais e educacionais das pessoas com deficiência, sendo um marco bem importante, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que assegura a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até a educação superior (BRASIL, 2008), através do suporte do Atendimento Educacional Especializado, tendo por finalidade dar auxílio aos alunos de forma suplementar ou complementar à oferecida no ensino regular e devendo ser ofertada no turno inverso.

Em 2020, foi instituída uma Política Educacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, através do Decreto nº 10.505/20, no entanto, apesar de o nome chamar atenção, a política foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) porque trata-se de uma perspectiva que rompe com as conquistas das pessoas com deficiência a partir da ideia e do fortalecimento de Escolas Especiais e de todo um movimento de segregação, no qual Romeu Sasaki concluiu que esse decreto não é sobre inclusão e sim de desinclusão (SASSAKI, 2020).

É importante destacar que Sasaki (2020) salientou que a nova política apresenta medidas retrocessivas que retomam ao período anterior a Declaração de Salamanca e que desrespeitam a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão, pois mostra-se favorável ao retorno do sistema educacional segregado e também destacou que as pessoas com deficiência e organizações defensoras da educação Inclusiva foram excluídos da elaboração do decreto (SASSAKI, 2020). Em 1º de janeiro de 2023, logo após a posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou o Decreto n.º 10.505/20.

Destacamos outro marco legal que trouxe benefícios para as pessoas com deficiência é a Lei n.º 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que visa a inclusão social e a cidadania, assegurando, entre outras questões, um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo da vida, a partir da participação nas atividades educativas. As conquistas dessa política trazem a obrigatoriedade de oferta de vagas e

a criminalização quando o acesso é negado e quando se tem atitudes preconceituosas com essas pessoas. Sob essa perspectiva, enfatizamos o inciso X, que defende a adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial de professores (BRASIL, 2015).

Podemos dizer que, os direitos à Educação das Pessoas com Deficiência no Brasil são relativamente recentes, sendo necessário manter debates, reflexões e pesquisas sobre esse assunto buscando melhorar as práticas pedagógicas e garantindo o direito desses indivíduos estarem incluídos em escolas regulares, com oportunidade de socialização, de aprendizagem e de desenvolvimento.

Referências:

BRASIL. ***Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*** – LDB (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. ***Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República; Casa Civil. Brasília, DF, 2015, 6 jul. 2015a.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS*** * Uma primeira versão sobre este tema foi apresentado pela autora na mesa "Políticas e práticas de formação de professores: impactos nos anos iniciais da educação básica", durante a 36ª Reunião Anual da ANPEd, ocorrida em Goiânia, de 29/09 a 02/10 de 2013. Cadernos CEDES [online]. 2014, v. 34, n. 93 [Acessado 8 janeiro 2022], pp. 207-224. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200005>>. ISSN 1678-7110.
<https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200005>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão ou desinclusão? Uma análise do decreto 10.502/2020.** In: Reação: revista nacional de reabilitação. São Paulo, ano 23, ed. 134, p. 12-14, set./out. 2020. Disponível em: <https://revistareacao.com.br/inclusaou-desinclusao-uma-analise-do-decreto-10-502-2020/> Acesso em: 06 setembro 2022

APÊNDICE D:

TEXTO PRODUZIDO:

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Educação Especial e Inclusiva e a formação de professores

Renata de Menezes Soares

Por um longo período, a educação de pessoas com deficiência foi organizada a partir do modelo baseado no déficit individual e na ideia de correção, e a análise olhava para a deficiência da pessoa nesse ponto de vista, com a preocupação estava direcionada para a normalização, o que é identificado como modelo clínico da deficiência, ou seja, a concepção de que a pessoa com deficiência precisava ser adaptada para conviver em sociedade. Hoje, no meio acadêmico, a noção que prevalece está baseada no Modelo Social (PLETSCH, 2020).

De acordo com a pesquisadora Débora Diniz (2003), o modelo social procura desconectar a lesão da deficiência, entendendo que existe uma condição de deficiência que traz impactos no desempenho dos indivíduos na sociedade. Esses impactos podem não estar diretamente relacionados apenas com a lesão, mas também dependem do tipo de abrangência que o ambiente proporciona, acolhendo ou não a particularidade daquela lesão (DINIZ, 2003).

Sob essa perspectiva de que a limitação não está diretamente relacionada com a lesão, mas associada às condições de acolhimento e acessibilidade, identificamos a necessidade de olhar a sociedade com a finalidade de perceber as suas deficiências (DINIZ, 2003).

Conforme Diniz (2003) explica, a deficiência é toda situação de desvantagem relacionada à deficiência em relação ao corpo e à sua lesão, e também com a sociedade, tendo um sentido amplo e relacional que precisa ser reconhecido.

Seguindo o princípio do Modelo Social da deficiência, defendemos que as condições de acessibilidade atitudinal podem contribuir para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao meio social. Assim, torna-se importante refletir sobre as condições de acessibilidade que são oferecidas, seja em termos físicos, atitudinais e pedagógicos, no sentido de envolver toda a escola em planejar aulas que sejam inclusivas.

Partindo do entendimento sobre o Modelo Social é importante refletir sobre a necessidade de conhecer os sujeitos, buscando compreender o contexto no qual ele está inserido, as culturas que constituem sua identidade, é importantíssimo ir além do diagnóstico da deficiência, sendo essencial estar aberto a conhecer o ser humano que

está em sua sala de aula, acolhendo, entendendo suas necessidades, sua forma de ser e estar no mundo, desta forma teremos a oportunidade de desenvolver ações que irão estimular a construção de conhecimentos e a autonomia, minimizando as barreiras enfrentadas pelo estudante.

No entanto, pensar em inclusão escolar, perpassa pela formação dos professores. Nos dias atuais ainda existem alguns professores que não percebem ou não compreendem a importância da educação inclusiva, e por vezes justificam que a criança PAEE não tem condições de aprender dentro da sala de aula regular. Outros mencionam que não receberam formação para atuar com a inclusão e que não se sentem preparados para receber um aluno PAEE. Certas queixas dizem respeito às dificuldades apresentadas com relação ao ensino, à aprendizagem e à socialização.

Maura Corcini Lopes (2008) problematiza a forma como os professores entendem a inclusão escolar e se utilizam da justificativa de que não foram preparados para atuar com alunos enquadrados na categoria que a autora denomina como “ameaçadoras” pela anormalidade que representam (LOPES, 2008). Estes assuntos, mesmo já sendo amplamente debatidos, ainda causam inquietação e desconforto entre professores. Alguns deles ainda evitam buscar conhecimento e preparo para a educação inclusiva, tornando-a um desafio para a comunidade escolar.

No entanto, a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades da educação conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 9.394/96, que já está em vigor há mais de 25 anos e assegura a matrícula dos estudantes PAEE, preferencialmente na rede regular de ensino. Desta maneira, podemos pensar que os professores não poderiam mais utilizar essas desculpas para justificar seu despreparo e falta de formação, uma vez que seria ideal que os professores continuassem buscando conhecimentos e realizando pesquisas mesmo depois de concluírem a sua formação inicial, desta forma as dificuldades do processo de inclusão podem ser amenizadas. Compreendemos que os professores que estão na sala de aula regular sentem-se inseguros em atuar com a educação inclusiva, muitas vezes sentindo-se culpados por não estarem qualificados para essa atuação.

Lockmann (2019), mapeia em sua pesquisa, duas subjetividades docentes diante da inclusão: uma sensibilizada; e outra responsabilizada. Tais aspectos indicam que para realizarmos um estudo sobre como os professores se sentem frente aos desafios e constroem suas verdades sobre a inclusão. A autora argumenta que os

docentes sensibilizados entendem que devem ser sensíveis, solidários, pacientes e humanizados diante da inclusão. Enquanto que os professores que evidenciam a subjetividade docente responsabilizada, tem o entendimento de que são eles os responsáveis pelo sucesso da inclusão escolar. (LOCKMANN, 2019).

Ainda hoje, nos cursos de formação de professores, existe a compreensão a respeito da falta de conhecimentos sobre a Educação Especial e Inclusiva, essa carência por hora anunciada, está presente no contexto da docência, através do discurso historicamente construído de que o trabalho dos professores não têm tanto reconhecimento na sociedade, sendo relacionado a um trabalho menor e de pouca importância (LOPES, 2008). Estes apontamentos sobre o trabalho do professor, são reforçados na medida em que os cursos de formação de professores, em sua grande maioria, ocorrem através de cursos a distância, ou em cursos de formação aligeirados, construindo a ideia de que essa carência na formação de professores será superada. Nossa posição a respeito da formação de professores está baseada na compreensão de que existe necessidade de constantes debates e reflexões sobre a tarefa de educar alunos com deficiência. Defendemos a necessidade de produção de conhecimento científico sobre o campo da Educação Especial.

Diante desse contexto, importa deixar claro que, quanto ao professor que atua na sala de aula regular, precisa de qualificação profissional, seja buscando, de forma a superar o discurso de que “não estou preparado” pois em qualquer situação de sala de aula, seja ela com ou sem estudantes PAEE, faz-se necessário compreender os sujeitos e todo os contextos nos quais estão inseridos. Não podemos alimentar a ideia de que um dia estaremos completamente prontos para atuar com a inclusão escolar, da mesma forma não podemos ficar esperando que alguém venha dizer o que fazer com o estudante PAEE. Queremos que os professores tenham a compreensão de que eles também tem responsabilidades quanto a sua forma de atuar com a inclusão escolar.

Estes assuntos, mesmo já sendo amplamente debatidos, ainda causam inquietação e desconforto entre professores. Entendendo que exista a necessidade de formação adequada para que os professores possam superar as dificuldades do seu dia a dia, compreendemos que é importante sanar esta lacuna apontada na formação de professores para que as dificuldades do processo de inclusão sejam amenizadas.

Referências:

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDB (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

DINIZ, Debora. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. Série Anis, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003. Disponível em: [http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf). Acesso em: 15 abr. 2022.

PLETSCH, M. D. (2022). **Prefácio**. In: D. N. Guimarães, R. d. Magalhães, & D. C. Melo, (Orgs). **Práticas Inclusivas na Escola: Caminhos e experiências** (1ª edição ed., p. 9 - 11). Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora.

LOCKMANN, Kamila. **Os processos de subjetivação docente à inclusão escolar**. In: LOPES, M, C. MORGENSTERN, J, M. (Orgs). *Inclusão e Subjetivação: ferramentas teórico-metodológicas*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 173 - 191.

LOPES, Maura Corcini **In/exclusão escolar: a invenção de tipos específicos de alunos**. Revista Colombiana de Educación [en línea]. 2008, (54), 96-119[fecha de Consulta 9 de Abril de 2022]. ISSN: 0120-3916. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=413635248006>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PLETSCH, Márcia Denise. (2020). **O que há de especial na educação especial brasileira? Momento – Diálogos Em Educação**, 29(1), 57 – 70. <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357> . Acesso em: 14 abr. 2022.

APÊNDICE E:

TEXTO PRODUZIDO:

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS:
POSSIBILIDADES PARA O ACESSO AO
CURRÍCULO ESCOLAR INCLUSIVO**

Práticas Pedagógicas Inclusivas: possibilidades para o acesso ao currículo escolar inclusivo

Renata de Menezes Soares

Uma escola que aceita, acolhe e respeita a diversidade precisa estar alinhada a um currículo escolar inclusivo. Desta forma, podemos pensar a importância de proporcionar atividades em que todos os estudantes tenham oportunidade de aprender. Traversini, Dalla Zen, Fabris e Dal’Igna (2013) enfatizam que “[...] a escola contemporânea precisa pensar, discutir e viabilizar o currículo num cenário que pode promover a inclusão ou exclusão [...]” (TRAVERSINI; DALLA ZEN; FABRIS; DAL’IGNA, 2013, p. 16), pois o movimento de ensinar e aprender requer articulação com os conhecimentos sobre os saberes e culturas construídos historicamente, isto é, o currículo escolar precisa contemplar aspectos cognitivos e socioculturais, ou seja, o mundo em que vivemos, assim como as diferenças presentes no cotidiano escolar estejam contempladas na organização do currículo (TRAVERSINI; DALLA ZEN; FABRIS; DAL’IGNA, 2013).

Diante do exposto, podemos pensar que para oportunizar a aprendizagem aos estudantes com deficiência, precisamos abandonar práticas pedagógicas tradicionais, centralizadas no professor que tem o papel de transmitir conhecimentos, sendo este um modelo de educação a ser superado. É fundamental permitir que o estudante seja o protagonista no ambiente escolar. Nesse contexto, o professor precisa considerar as potencialidades e especificidades de seus alunos, encontrando estratégias adequadas para que a aprendizagem ocorra. Sendo assim, o professor precisará ter um olhar atento ao processo de aprendizagem de seus alunos, buscando conhecê-los e criando estratégias que irão possibilitar a participação de todos os alunos.

Está presente na LDB n.º 9.394/1996, na seção que trata da Educação Especial, determinando que “[...] os sistemas de ensino assegurem currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades [...]” (BRASIL, 1996), ou seja, alunos Público-alvo da Educação Especial (PAEE) quando necessário, terão a organização de uma proposta de currículo escolar que atenda às suas especificidades.

Ao organizar a proposta curricular destinada a alunos com deficiência, é essencial que o estudante tenha condições de compreender e utilizar seus conhecimentos, realizando as atividades propostas com autonomia, sendo atividades desafiadoras e que as novas aprendizagens sejam utilizadas dentro e fora da escola, ou seja, o professor da sala de aula comum deverá promover aprendizagens significativas para toda a turma, utilizando

estratégias metodológicas adequadas com possibilidade de utilizar uma atividade diferenciada para o estudante com deficiência. É importante pontuar, que essa atividade proposta de forma diferente precisa estar relacionada com o que está sendo ensinado para toda a turma. Desta forma, o estudante com deficiência estará recebendo uma atividade adequada às suas potencialidades de forma inclusiva.

Essas compreensões sobre o currículo escolar nos permitem relacionar com os estudos de Pletsch (2020), em seu texto: “O que há de especial na Educação Especial brasileira?”, a autora destaca o Modelo Social da deficiência, sendo um modelo que aponta como uma questão de justiça que a sociedade ofereça acessibilidade e condições de convívio social para as pessoas com deficiência. Uma vez que o estudante com deficiência necessite se adaptar, se ajustar ou modificar seu comportamento para que possa participar da vida social ou escolar, podemos dizer que a estrutura da escola ou da sociedade está sendo organizada de acordo com o modelo médico da deficiência, no qual tem o objetivo de corrigir o déficit individual.

Uma prática educativa inclusiva inicia com a organização das aprendizagens e do trabalho com estudantes com deficiência, essa atividade requer que o professor tenha um olhar atento aos seus alunos para que possa construir uma proposta curricular que podemos chamar de adaptação curricular, flexibilização curricular ou diversificação curricular.

Roldão (2010) aponta 03 princípios orientadores das políticas curriculares para a diversidade, são eles: Equidade; Qualidade da Ação; e Transformação Estruturante.

O princípio de Equidade – destaca-se nas necessidades sociais de aprendizagem;

O princípio de Qualidade da Ação – trata-se da estimulação e construção de conhecimentos e aprendizagens de todos os estudantes, com ou sem deficiência;

O princípio de Transformação Estruturante – diz respeito à reorganização estrutural da cultura escolar que é consolidada historicamente, sendo essencial que a escola ofereça oportunidades, reconhecendo as políticas públicas e adequando seu ambiente para promover a inclusão de todos (ROLDÃO, 2010).

É essencial que a escola tenha essas questões bem claras para que possa organizar o currículo de forma que todos tenham oportunidades de participar e de acessar novos conhecimentos. Para que essa organização esteja

adequada é necessário que haja reflexão, observação e constante reorganização, pois através de cada conquista do estudante com deficiência, será importante atualizar e refletir sobre as necessidades do aluno e de toda a turma, tornando-se uma rotina de observação e reflexão para que todos tenham acesso aos conhecimentos historicamente construídos e que fazem parte da nossa cultura.

A pesquisa de Pletsch, Souza e Orleans (2017) apontam a necessidade de práticas diversificadas e currículos flexíveis, contribuindo para que a inclusão aconteça. Os autores salientam que, diferenciar o currículo beneficia o acesso a conhecimentos, através da oportunidade de percorrer um caminho diferenciado para alcançar a aprendizagem, sendo utilizados recursos e estratégias que venham ao encontro das necessidades educativas dos estudantes com deficiência (PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017).

Pensando no exercício de elaborar o currículo para um aluno com deficiência, apresentamos os apontamentos de Scherer (2022), que estabelece 03 categorias relativas à Diferenciação Curricular que serão mencionados a seguir:

Construção de recursos acessíveis – Trata-se da construção de recursos acessíveis para que o estudante com deficiência acesse os conhecimentos curriculares. Esses recursos precisam ser pensados para todos os estudantes, pois essa prática inclusiva beneficia a todos os estudantes e não apenas os estudantes PAEE;

Mediação pedagógica – Será realizada em conjunto com os recursos acessíveis, no qual o professor auxilia o aluno PAEE para que ele tenha acesso aos conhecimentos que estão sendo ensinados para todos;

Trabalho colaborativo – É realizado entre o professor regular e o professor de Atendimento Educacional Especializado AEE, essas ações visam a participação do aluno nas atividades escolares (SCHERER, 2022).

Ao utilizar essas categorias para organizar a Diferenciação Curricular de alunos com deficiência, é fundamental que os professores considerem as especificidades do aluno, encontrando estratégias adequadas para que a aprendizagem aconteça.

Os professores podem utilizar como prática pedagógica inclusiva o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), que se constitui de uma estratégia que promove maiores possibilidades de participação e desenvolvimento de aprendizagens para estudantes com deficiência.

O DUA se constitui do movimento do Desenho Universal que significa a “[...] concepção de produtos, ambientes e serviços a serem usados, na medida do possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico” (BRASIL, 2009, p. 23).

Pletsch, Souza e Orleans (2017) destacam que o Desenho Universal para Aprendizagem torna possível o acesso de todos ao currículo geral, através de estratégias pedagógicas diferenciadas, oferecendo maiores oportunidades de aprendizagens aos estudantes com deficiência. Os autores propõem maiores discussões e reflexões sobre o DUA e a Diferenciação Curricular, em busca de maiores possibilidades dentro do ambiente escolar (PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017).

Os mesmos pesquisadores indicam que o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) é outra possibilidade que traz benefícios aos estudantes PAEE, pois trata-se de um documento elaborado em conjunto entre professor de AEE e professor regular onde são traçados caminhos que irão favorecer a aprendizagem do estudante com deficiência. Os pesquisadores apontam que “[...] quanto mais possibilidades e recursos forem oferecidos aos sujeitos com deficiência, a partir das mediações docentes qualificadas, maiores e mais ricas serão as aprendizagens e o seu desenvolvimento [...]” (PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017).

Ensinar a todos diante de uma perspectiva inclusiva requer comprometimento e dedicação de professores e comunidade escolar. Sabendo que o professor da sala de aula regular não será o único a traçar estratégias, visto que esse exercício também receberá apoio da equipe da escola, seja com o professor de AEE ou com o supervisor educacional, sendo necessário um olhar atento em conjunto com reflexões e pesquisas para que a educação esteja alinhada à perspectiva inclusiva.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB (Lei nº 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. de; ORLEANS, L. F. **A Diferenciação Curricular e o Desenho Universal para Aprendizagem como princípio para inclusão escolar.** Revista Educação & Cultura Contemporânea. Vol. 14, Nº 35, p. 264 - 281. Abr/jun 2017. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3114/1662>. Acesso em: 19 out. 2022

ROLDÃO, Maria do Céu. **A função curricular da escola e o papel dos professores: políticas, discurso e práticas de contextualização e diferenciação curricular.** Nuances: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 230-241, jan./dez. 2010.

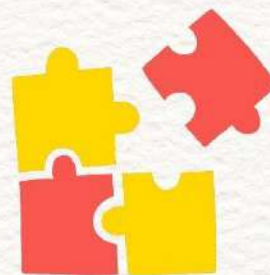
SCHERER, R. P. **Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 1, n. 22, p. e11492, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.11492. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11492>. Acesso em: 23 out. 2022.

TRAVERSINI, C. S. ET AL. Orgs. **Currículo e inclusão na escola de ensino fundamental [recurso eletrônico] / orgs.** – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

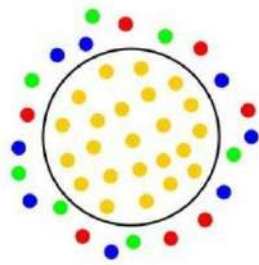
APÊNDICE F:

APRESENTAÇÃO DE SLIDES:

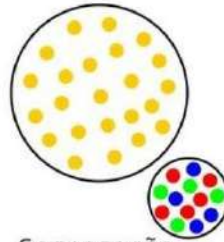
**A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS PAEE NA
REDE REGULAR DE ENSINO**

MÓDULO 5**A ESCOLARIZAÇÃO
DE ESTUDANTES
PAEE E O SUPORTE
DO AEE**

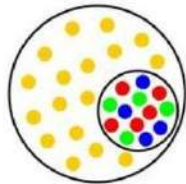
O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA



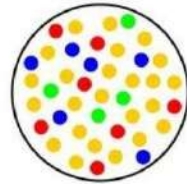
Exclusão



Segregação



Integração



Inclusão

1854 - Instituto dos Meninos Cegos (Instituto Benjamin Constant)

1857 - Instituto dos Surdos-Mudos

1874 - Hospital Juliano Moreira na Bahia (indivíduos com deficiência intelectual)

1887 - Escola México - Rio de Janeiro (para indivíduos com deficiência Física e Intelectual)

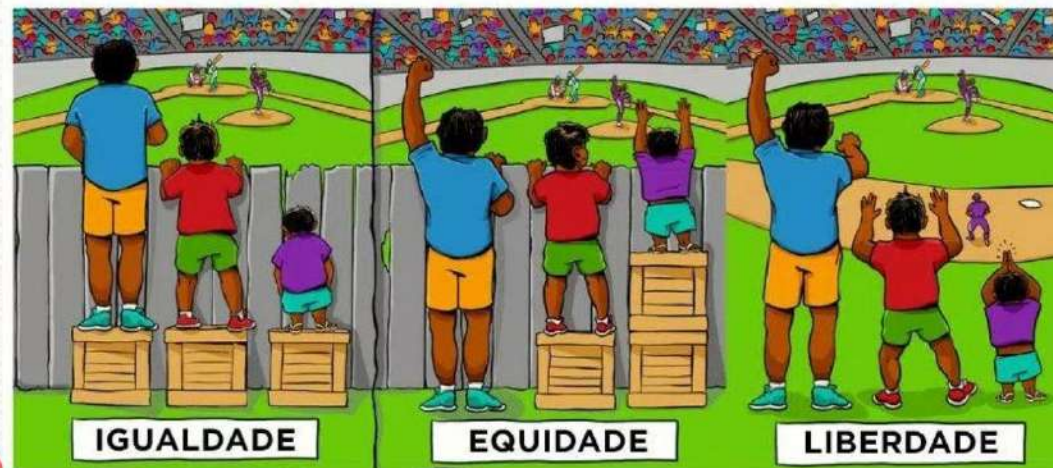
1964 - 1ª Unidade assistencial APAE, o Centro Ocupacional Helena Antipoff (habilitação profissional para mulheres com deficiência mental)

1971 - Centro de habilitação de Excepcionais (Formação de pessoal técnico especializado, Unidade multidisciplinar Integrada para assistência a D.M.)



ALGUMAS REFLEXÕES INICIAIS...

OLIVEIRA (2015) ANUNCIA PERSPECTIVAS SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR, E APONTA QUE AO ASSUMIR O PAPEL DE HUMANIZAÇÃO, A ESCOLA NÃO SE PRENDERÁ A RÓTULOS E A BUSCA DE JUSTIFICATIVAS INJUSTIFICÁVEIS PARA A APRENDIZAGEM, QUE PODE SER DIVERSA E PARTICULAR, SEGUE CAMINHOS DISTINTOS E PRÓPRIOS QUE NÃO SÃO MELHORES NEM PIORES UNS DOS OUTROS."
(OLIVEIRA, 2015, P. 10)



PERSPECTIVAS INCLUSIVAS

ASSUMIMOS O PAPEL DE
HUMANIZAÇÃO DA ESCOLA

BUSCAMOS CAMINHOS
DIFERENTES

CONSIDERAMOS AS DIFERENÇAS
PARTE INTEGRANTE DA CONDIÇÃO
HUMANA

UTILIZAMOS ESTRATÉGIAS
ADEQUADAS

**INCLUSÃO
EDUCACIONAL
OCORRE
QUANDO:**

PROCURAMOS NOVAS
FORMAS DE ENSINAR

OBSERVAMOS AS
POSSIBILIDADES

VALORIZAMOS OS ACERTOS
E PONTENCIALIDADES

ATENDEMOS AS NECESSIDADES
EDUCACIONAIS

ENSINAR PARA TODOS, DIANTE DE SUAS CONDIÇÕES

**É IMPORTANTE PENSAR EM UM ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA
QUE ESTEJA ADEQUADA AS POSSIBILIDADES DO ALUNO**



CAPACITISMO – USA COMO REFERÊNCIA PESSOAS SEM DEFICIÊNCIA PARA SUPOR AS CAPACIDADES CONSIDERADAS IDEAIS. É UMA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO QUE PROCURA A ADEQUAÇÃO DOS CORPOS A UM IDEAL DE FUNCIONALIDADE E DE BELEZA (MELLO, 2016)

DE QUE FORMA IREMOS AVALIAR OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?

- **DEVEMOS AVALIAR DA MESMA FORMA QUE OS DEMAIS ESTUDANTE?**
- **QUAIS CRITÉRIOS SERIAM UTILIZADOS?**
- **IREMOS AVALIAR SUAS COMPETÊNCIAS CURRICULARES?**
- **FOCAREMOS NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES?**
- **SÃO NECESSÁRIAS ADEQUAÇÕES ? QUAIS?**

QUAIS INFORMAÇÕES NÃO PODEM FALTAR NA AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

- **DESENVOLVIMENTO ATUAL**
- **OS RECURSOS QUE FORAM UTILIZADOS**
- **COMO O ESTUDANTE ENFRENTA DETERMINADAS SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM**
- **O QUE O ALUNO É CAPAZ DE FAZER, MESMO COM MEDIAÇÃO DE OUTROS**
- **QUAIS ESTRATÉGIAS E OS CRITÉRIOS UTILIZADOS COM O ESTUDANTE**

OS ESTUDANTE PAEE TEM DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO OU SUPLEMENTAÇÃO DA SUA FORMAÇÃO ATRAVÉS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL SÃO OS ALUNOS COM:

- **DEFICIÊNCIA FÍSICA, INTELECTUAL, AUDITIVA OU VISUAL;**
- **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**
- **ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO**

PROFESSOR QUE ATUA NO AEE ATENDE OS ESTUDANTES PAEE NO CONTRA TURNO

- **ATUA DE FORMA ARTICULADA AOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR**
- **ORGANIZA RECURSOS DIDÁTICOS E ACESSIBILIDADE**
- **CRIA ESTRATÉGIAS E CAMINHOS DIFERENTES PARA QUE O ESTUDANTE
DESENVOLVA APRENDIZAGENS**
- **ELABORA O PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI) EM CONJUNTO COM O
PROFESSOR REGULAR, FAMÍLIA E DEMAIS ENVOLVIDOS COM O ALUNO**

OBSERVE COM ATENÇÃO

